

Corrida em busca de novo *status*

Brasil. Com o propósito de se tornar livres da febre aftosa até 2013, sete estados da Região Nordeste pretendem alcançar novo *status* nos primeiros meses do ano. Enquanto alguns se aproximam dos resultados, outros ainda continuam lentos no processo

por Angelo Tomasini

Não é nenhuma novidade que o Nordeste é uma das regiões mais atrasadas no que diz respeito à erradicação da febre aftosa. A maioria de seus estados ainda apresenta um *status* de risco médio com relação à doença que ataca o rebanho bovino e bubalino.

De acordo com informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em junho e julho de 2011, sete estados da Região Nordeste – mais o centro-norte do Pará –, receberam auditoria. Foram identificadas deficiências na parte estrutural, operacional e também na avaliação das bases de dados de cadastro de propriedades e dados das vacinações.

O resultado dessas auditorias foi apresentado em Brasília, no mês de agosto, em reunião com secretários, representantes das Superintendências Federais da Agricultura, serviços veterinários estaduais e iniciativa privada. Os relatórios com recomendações foram enviados para os estados, que apresentaram seus planos de ação.

Em fevereiro novas auditorias devem ser realizadas. Caso estejam sanados os problemas, os Estados passam à próxima etapa, sorologia nos animais.

Alagoas, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte precisam correr se quiserem acompanhar o restante da região (leia-se: Maranhão, Piauí e Pernambuco). Para acelerar o processo e pedir providências, o Mapa promoveu reuniões com governadores, vice-governadores, secretários da Agricultura, dirigentes dos



DIVULGAÇÃO

Compromisso. Estados firmam parcerias com o Mapa para sanar problemas e mudar o *status*

serviços veterinários oficiais e lideranças da iniciativa privada desses estados.

Durante a reunião de novembro de 2011, o governador do Ceará, Cid Gomes, prometeu para janeiro a contratação de 40 médicos veterinários, 21 engenheiros agrônomos e 79 técnicos. Isso ampliaria a capacidade da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (Adagri), que passaria a contar com mais 15 Unidades Veterinárias Locais (UVLs), totalizando 40.

“Vamos solicitar uma supervisão do Ministério em fevereiro e uma auditoria também em março para ver se temos condição de fazer sorologia em abril e, consequentemente, nos candidatar-mos, depois que o ministério avaliar, a livres em 2012 pelo Mapa e em 2013 junto à OIE”, afirmou o coordenador geral da Adagri, Joaquim Sampaio.

No Rio Grande do Norte foi feito investimento direto nas ações de defesa sanitária animal, através da Superintendência Federal da Agricultura. Os problemas encontrados pela auditoria do Mapa são basicamente estruturais, mas mesmo assim, o diretor do Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária (Idiarn), Rui Sales, acredita que em março ou abril possa dar entrada na sorologia. “Precisamos dar uma melhorada nessa parte de cadastro de propriedades, que 40% estão em defasagem, problemas no sistema, com relação à parte de georreferenciamento dessas

propriedades. Sobre a contratação de novos fiscais, eu diria para repor alguns que foram exonerados”, afirma.

De acordo com a assessoria do Ministério, foram firmados convênios com a Paraíba, Alagoas, Ceará, Maranhão e Pará até 2015, tendo transferido mais de R\$ 26 milhões somente em 2011.

A Secretaria da Agricultura, Pecuária e Pesca do Maranhão (Sagrma) afirma que no dia 14 de fevereiro inicia a sorologia de aproximadamente nove mil animais. Esperam para maio a divulgação do novo *status*. Em 2011, foram investidos R\$ 6,5 mi. Os recursos fazem parte do convênio que até 2015 vai investir R\$ 18 mi na reestruturação dos escritórios da Agência Estadual de Defesa Agropecuária (Aged).

Em Pernambuco já foram investidos R\$ 60 mi na Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária (Adagro). O secretário da Agricultura e Reforma Agrária, Ranilson Brandão Ramos, afirmou que neste mês o estado deve realizar a sorologia. “A gente assinou com o Mapa um protocolo conjunto de quatro estados. A expectativa é que mude de *status* em maio. Inicialmente era para sair o Nordeste todo, mas daí o ministério mudou e criou esse conjunto dos estados”.

Maranhão, Piauí, Pernambuco – e o centro-norte do Pará – estão a caminho da fase mais avançada, o estudo soropidemiológico, e podem sair na frente nessa corrida.

Agrotecnologia

João Pratagil

Doutor em Agronomia, Pesquisador da Embrapa Agroindústria Tropical



Caju: inovar ou inovar

Entre os anos de 1970 e 1980, o Brasil surpreendeu o mundo implantando a maior área plantada de cajueiro do planeta e se destacando como o segundo maior exportador de amêndoas de castanha de caju (ACC). Entretanto, no período 2005 a 2007, a produtividade brasileira de castanha de caju foi de apenas 269 Kg/ha, muito inferior às produtividades do Vietnã (2.705 Kg/ha), Nigéria (1.971 Kg/ha) e Índia (692 Kg/ha). (FAOSTAT, 2008; BNB, 2009).

Em 2010, a produtividade brasileira foi de 432 Kg/ha, tendo o cajueiro comum produtividades de 85 Kg/ha (Piauí), 98 Kg/ha (Ceará) e 219 Kg/ha (Rio Grande do Norte). A do cajueiro anão precoce foi de 1.167 kg/ha, no Tocantins. As exportações foram de US\$ 236 milhões (IBGE, 2010; Adece, 2010).

As baixas produtividades já eram percebidas no fim dos anos 1980. O diagnóstico: falta de tecnologia. A solução: um centro de pesquisa. Reconhecendo a importância e a necessidade dessa agroindústria a Embrapa criou, em 1987, o Centro Nacional de Pesquisa de Caju (hoje Embrapa Agroindústria Tropical), localizado em Fortaleza.

Novas tecnologias foram desenvolvidas ou aperfeiçoadas: o cajueiro anão-precoce e a substituição de copa de cajueiros improdutivos, sistemas de produção

de sequeiro e irrigado, entre outras. Apesar da difusão e transferência dessas tecnologias, o nível de adoção ainda não impactou esse agronegócio. No Ceará são apenas 10.000 ha de copas substituídas e 69.000 ha de cajueiros anões precoces cultivados. (Fonte: IBGE/GCEA-CE).

As baixas produtividades reduziram a oferta de castanha de caju para as indústrias. A alternativa brasileira foi permitir a importação de castanha de caju de países africanos.

O Brasil possui tecnologias, áreas para a produção, experiência de exportação de ACC, infra-estrutura de portos, aeroportos, rodovias e comunicações, localização estratégica e logística privilegiadas, agentes financeiros e políticas de apoio à exportação. Não possui inovação tecnológica no campo e inovação social nos demais elos da cadeia produtiva do caju.

A saída, urgente e possível, passa: (1) Pela integração governo, academia e iniciativa privada (inovação social) para planejar e executar as ações estratégicas; (2) Pelas inovações tecnológicas e de gestão no campo e na indústria. Com isso, em dez anos, o país poderá exportar até US\$ 500 milhões de ACC e outros produtos do caju. Sem isso, é só esperar a saída do país desse agronegócio mundial de US\$ 2,4 bi e gerador de 1,2 milhão de empregos diretos.



Cajueiro anão precoce CCP 76



FORTFÓS

Linha de Suplementação Mineral para Ovinos e Caprinos

A linha Fortfós de suplementação mineral ajuda a evitar ou suprir carências e desequilíbrios nutricionais do seu rebanho.

BIOAGRO - Fone: (85) 3260.6600 / Fax: (85) 3260.4050





